



Gestão & Regionalidade

ISSN: 1808-5792

revista.adm@uscs.edu.br

Universidade Municipal de São Caetano
do Sul
Brasil

Aparecida Vieira, Michelle; Abrantes, Luiz Antonio; Marques Ferreira, Marco Aurélio; do
Vale Silva Lopes, Jéssika

IMPLICAÇÕES DO ESFORÇO DE ARRECADAÇÃO NO DESEMPENHO
SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Gestão & Regionalidade, vol. 33, núm. 99, septiembre-diciembre, 2017, pp. 21-38

Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Sao Caetano do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133452465002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

IMPLICAÇÕES DO ESFORÇO DE ARRECADAÇÃO NO DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

IMPLICATIONS OF THE TAX COLLECTION EFFORT ON THE SOCIO-ECONOMIC PERFORMANCE OF MINAS GERAIS MUNICIPALITIES

Michelle Aparecida Vieira

Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), Brasil

Data de recebimento: 11-03-2016

Luiz Antonio Abrantes

Professor do Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), Brasil

Data de aceite: 07-12-2016

Marco Aurélio Marques Ferreira

Professor do Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), Brasil

Jéssika do Vale Silva Lopes

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), Brasil

RESUMO

A estrutura de capital dos governos municipais é constantemente influenciada pelas transferências intergovernamentais que caracterizam o federalismo fiscal brasileiro. Essas transferências constituem parte do processo de descentralização fiscal e têm como principal objetivo reduzir as desigualdades socioeconômicas em um país caracterizado por grandes extensões territoriais, como no Brasil. Posto isso, este estudo teve como objetivo analisar as implicações do esforço fiscal municipal, mensurado a partir da representação da arrecadação própria na receita disponível dos governos municipais, sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. O universo de análise deste estudo compreende os municípios do estado de Minas Gerais, por ser o estado com o maior número de municípios e que apresenta expressivas disparidades regionais decorrentes da coexistência de regiões modernas e atrasadas. Os resultados apontaram que existe forte relação entre o esforço e o desenvolvimento, uma vez que municípios onde há maior arrecadação de recursos, também apresentaram um nível maior de desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Federalismo; arrecadação; indicadores socioeconômicos.

ABSTRACT

The municipal governments' capital structure is constantly influenced by intergovernmental transfers that characterize the Brazilian fiscal federalism. These transfers are part of the fiscal decentralization process and their main objective is to reduce the socioeconomic inequalities in a country featured by large territorial extensions, as in Brazil. That being said, this study aimed to analyze the implications of municipal fiscal effort (measured from the representation of own tax collection in the revenue available to local governments) on the socioeconomic development of the municipalities. The field of analysis of this study comprises the municipalities of Minas Gerais, Brazil, because it is the state with the largest number of municipalities and that presents significant regional disparities resulting from the coexistence of modern and backward regions. The results showed that there is a strong relationship between effort and development, since municipalities where there is more tax collection, also showed a higher level of socioeconomic development.

Keywords: Federalism; tax collection; socio-economic indicators.

Endereço dos autores:

Michelle Aparecida Vieira
michellevieiracco@gmail.com

Luiz Antonio Abrantes
abrantes@ufv.br

Marco Aurélio Marques Ferreira
marcoufv1@gmail.com

Jéssika do Vale Silva Lopes
jessikavs.adm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Importantes alterações no ordenamento tributário nacional foram impulsionadas a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988 (BRASIL, 1988), principalmente no que diz respeito à autonomia dos entes federativos, incluindo os municípios, que se igualaram aos estados em relação aos compromissos políticos e sociais (SOUZA, 2005).

A partir da Constituição de 1988, a autonomia garantida aos governos municipais fez com que estes passassem a intervir em diversas questões, como elegerem seus governantes e deliberarem sobre assuntos que antes eram estritamente de competência dos governos superiores, como a educação e saúde (BRUNOZZI JUNIOR et al., 2011). Com isso, os entes subnacionais passaram a exercer papel determinante no desenvolvimento econômico e principalmente social de suas localidades, devendo para isso garantir os recursos necessários para seu sustento.

A principal fonte de receitas destes entes é a arrecadação tributária, que compreende todos os impostos, taxas e contribuições recolhidas pela União. Contudo, os municípios, por preceito constitucional, têm sua arrecadação própria complementada por recursos provenientes das transferências intergovernamentais (BARBOSA FILHO, 2013). Essas transferências constituem um mecanismo inerente ao processo de descentralização tributária proposto pela Constituição Federal.

Em um país caracterizado por grandes extensões territoriais, os municípios brasileiros apresentam diferentes características que contribuem para a emergência de disparidades (COSTA et al., 2012). Para Carvalho, Oliveira e Carvalho (2007) a diversidade tributária das economias subnacionais é uma das principais características do federalismo fiscal. Para minimizar essas disparidades, o sistema de transferências de recursos tem se consolidado como um eficiente dispositivo de equalização.

Verifica-se que as transferências intergovernamentais são importantes instrumentos de redução das desigualdades socioeconômicas dos municípios. Elas contribuem na equalização da capacidade de gastos dos governos locais, uma vez que permite aos municípios de pequeno porte maior capacidade de obter recursos necessários que serão convertidos em serviços públicos de qualidade que elevam o desenvolvimento socioeconômico da região.

Para Rezende (2001) as transferências federais e estaduais para os municípios não comprometem a capacidade própria de arrecadação dos municípios. O autor acrescenta ainda que, entre 1989 e 2002, o esforço de arrecadação dos municípios brasileiros concorreu para um crescimento de quase 100% na receita própria, ao mesmo tempo que a receita disponível crescia pouco menos de 50%.

De forma divergente, outras correntes atribuem a essas transferências acomodação financeira e desestímulo dos gestores pela busca da arrecadação própria. Segundo Boff (2005), após a Constituição de 1988 os municípios, principalmente os de pequeno porte, passaram a depender quase que exclusivamente dos recursos repassados por outras esferas do governo, ficando em segundo plano a arrecadação dos tributos sob sua competência.

Veloso (2008) destaca que os sistemas de transferências de recursos podem provocar desincentivos fiscais que reduzem a eficiência dos governos subnacionais na arrecadação tributária. Desse modo, os municípios não exploram adequadamente suas bases tributárias, subestimando sua capacidade tributária.

Segundo Cossío (1995), elevar o grau de descentralização de competências tributárias aprofunda as disparidades regionais já existentes, uma vez que as regiões mais desenvolvidas possuem uma base tributária maior, consequentemente possuem maior capacidade de obtenção de recursos tributários, por isso podem oferecer melhor provisão de bens e serviços públicos para suas comunidades. Em contrapartida, as regiões mais pobres

possuem menor nível de atividade econômica, logo acabam tendo menos recursos para custear a oferta de bens públicos locais.

A garantia de suficiência financeira implica aumento de esforços fiscais em distintos níveis de governo, ou seja, os municípios devem aumentar a capacidade de financiar suas despesas com seus próprios recursos. Ribeiro e Júnior (2004) salientam que o esforço fiscal é o grau de exploração de determinada base tributária, esta entendida como a competência de um governo em gerar receitas das próprias fontes.

Essa heterogeneidade entre a composição da receita dos municípios é perceptível na maior parte das unidades da Federação brasileira. Entre essas unidades, o estado de Minas Gerais se destaca por seu grande número de municípios e pelas diferenças regionais existentes, o que suscita diversas questões envolvendo a existência de diferenças significativas nas estruturas socioeconômicas existentes em seu território (COSTA et al., 2012).

Minas Gerais é um dos estados brasileiros que apresenta maiores disparidades regionais, visto que regiões dinâmicas e modernas coexistem com regiões atrasadas e estagnadas (GALVARRO; BRAGA; FONTES, 2008). Além disso, é o estado que possui o maior número de municípios, 853 no total, e o segundo estado mais populoso, ficando atrás somente de São Paulo (IBGE, 2014).

Nesse sentido, uma questão é levantada: O desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros está condicionado ao grau de exploração da base tributária, ou seja, ao esforço de arrecadação municipal?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Federalismo e as funções do Estado

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a organização política-administrativa da República

Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel das partes que a forma, compreendendo dessa forma o Distrito Federal, os estados e os municípios (BRASIL, 1988). Ao definir os municípios como entes federativos autônomos, a Constituição confere a eles competências e atribuições próprias, colocando-os em pé de igualdade com os estados, alterando significativamente sua estrutura e funcionamento (NAZARETH; PORTO, 2002).

Desse modo, a participação dos estados e municípios nas receitas e gastos públicos atribui um elevado grau de autonomia fiscal aos governos subnacionais, característica típica do federalismo brasileiro consagrado na Constituição de 1988 (Ibidem, 2002).

Affonso (2003) preceitua que a visão do federalismo é atrelada ao federalismo fiscal, pautado na alocação e distribuição de renda dentro da economia nacional. Para Andrade Filho (2002), o federalismo fiscal é um processo de divisão e transferências intergovernamentais e inter-regionais de receitas tributárias, que objetivam elevar a eficiência do setor público e reduzir as desigualdades regionais por meio da descentralização fiscal e administrativa.

Nessa perspectiva, Galvarro, Braga e Fontes (2008) concordam que o federalismo compreende as relações políticas, econômicas e financeiras entre a União, estados e municípios, aos quais todos os níveis de governo regulamentam suas próprias atribuições e responsabilidades, delineando, dessa forma, o grau de autonomia de cada ente federativo. Essa divisão de poderes e atribuição de competências às unidades subnacionais caracteriza o processo de descentralização fiscal, em que cada unidade federativa possui autonomia para gerar receita por meio da tributação, e assim fazer frente às demandas da sociedade por serviços públicos.

A participação dos municípios nos gastos públicos se dá, principalmente, por meio da arrecadação própria ou por meio do sistema de transferências. As transferências são provenientes da divisão da

receita tributária, em que determinado ente da federação coleta os tributos e os distribui às entidades federadas, e dado nível de governo estabelece um percentual dos recursos a serem transferidos durante o ano fiscal (GALVARRO et al., 2009).

Apesar de haver um deslocamento do poder de gasto e dos encargos efetivos para os governos intermediários e locais, este movimento não é acompanhado pela descentralização das competências tributárias na mesma proporção (PRADO, 2003). O que se observa é que a União deixa de ser agente produtora direta de bens e serviços, e assume papel de arrecadadora e repassadora de recursos. Essa inversão de papéis faz com que o emprego dos recursos públicos seja realizado via estados e municípios, uma vez que embora estes tenham atingido um elevado grau de autonomia, a ampliação de suas bases tributárias não ocorreu na mesma proporção, sendo necessária a concentração arrecadatória por parte do governo central (MIRANDA, 2009).

Para Giambiagi e Além (2008), a descentralização significa definir qual ente federativo pode administrar de maneira mais eficiente obrigações e funções públicas. A eficiência alcançada com o processo de descentralização só é possível devido à proximidade dos governos subnacionais com a população local, possibilitando a oferta de determinados serviços com maior qualidade do que seriam caso fossem oferecidos por governos centrais (OATES, 1977).

Desse modo, a intervenção do Estado na economia do país justifica-se pela necessidade de corrigir as “falhas de mercado” existentes, resultantes das desigualdades sociais e econômicas, haja vista que o mercado por si só não é capaz de exercer todas as funções econômicas necessárias e aumentar a eficiência do sistema, numa alocação “ótima de Pareto”, em que ninguém pode melhorar sua situação sem causar prejuízo algum a outros agentes (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).

Sendo assim, na tentativa de corrigir estas “falhas de mercado” e promover o bem-estar

social da população, os governos passaram a intervir na economia, com o objetivo de equalizar a distribuição de renda e melhorar a situação das classes menos favorecidas, expandindo, dessa forma, as funções do Estado. A ação do governo por meio de políticas fiscais abrange três funções básicas: alocativa, distributiva e estabilizadora.

A função alocativa se refere ao fornecimento de bens e serviços públicos por meio da alocação de recursos (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980). Támez e Moraes Junior (2007) asseveram que a aplicação da função alocativa do governo se dá na produção e provisão dos bens públicos, como os serviços de segurança e justiça, que por serem indivisíveis e não excludentes torna necessária a intervenção do governo no sentido de utilizar seu poder de tributação para obter recursos necessários ao financiamento de tais serviços.

Em relação à função distributiva, Musgrave e Musgrave (1980) compreendem que o objetivo da intervenção do Estado na economia é proporcionar uma distribuição mais equilibrada de renda e riqueza para toda a população, tentando corrigir as diferenças ocasionadas pela imperfeição do mercado, promovendo, com isso, o desenvolvimento econômico do país.

No que concerne à função estabilizadora, Rezende (2001) argumenta que o objetivo desta função reside na tentativa de manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda empregadas na economia, bem como assegurar altos níveis de emprego, estabilidade dos preços e altas taxas de crescimento econômico.

2.2. Políticas públicas e desenvolvimento socioeconômico dos municípios

A Constituição Federal de 1988 alterou o contexto das políticas públicas municipais ao conceder autonomia aos municípios de elaborarem sua própria Lei Orgânica, além de poder decidir seus próprios governantes. Com isso, os governos locais

passaram a deliberar sobre diversos assuntos diretamente ligados ao desenvolvimento social, principalmente as políticas voltadas para as áreas de educação, saúde, emprego, moradia, entre outros (SILVA et al., 2013).

As políticas públicas municipais têm-se consolidado como um potente instrumento utilizado pelo poder público para contribuir com o desenvolvimento social e econômico da sociedade (Ibidem, 2013), uma vez que, por ser o município a esfera de governo mais próxima do cidadão, permite uma visualização mais clara da realidade de vida da população, sendo possível identificar suas principais necessidades. Desse modo, torna possível aos gestores públicos canalizar recursos nas áreas que demandam maiores investimentos, elaborando políticas que favoreçam o desenvolvimento da região.

Para financiar os serviços públicos o poder Executivo municipal depende quase que exclusivamente dos recursos provenientes da arrecadação de impostos, seja por meio da exploração de sua base tributária, ou dos recursos provenientes das transferências intergovernamentais. Com isso cresce o interesse da sociedade em compreender o papel do Estado como arrecadador de impostos e aplicador em áreas sociais por meio de programas e projetos (SILVA et al., 2013).

A maior participação do cidadão como agente fiscalizador das ações dos gestores públicos faz que os efeitos dos investimentos públicos sejam demonstrados à população por indicadores, o que na opinião de Rezende, Slomski e Corrar (2005) é um desafio, haja vista a complexidade de evidenciar o impacto que os investimentos sociais provocam na melhoria da qualidade de vida da população.

Ribeiro, Taveira e Freitas (2013) destacam que o uso de indicadores socioeconômicos para formulação e planejamento de políticas públicas no Brasil foi impulsionado com a criação do Sistema de Proteção Social na Constituição Federal de 1988, em que a formulação e implementação de políticas públicas

demandam a utilização dos indicadores sociais em todas as fases do ciclo de políticas públicas. Portanto, os indicadores sociais foram criados para demonstrar o desempenho dos municípios, de modo que os direitos sociais assegurados pela Constituição sejam assegurados pelo poder público (SOUSA et al., 2012).

Para Simão et al. (2010) o uso de indicadores pode formar um índice capaz de analisar a eficiência da aplicação das políticas públicas, orientando a sociedade e os gestores públicos sobre a necessidade de avaliar e acompanhar um real estado de desenvolvimento das localidades. A avaliação do desenvolvimento da sociedade por meio dos indicadores socioeconômicos admite inferir sobre a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população, além de permitir avaliar os efeitos dos investimentos públicos na vida dos cidadãos.

Constatou-se um crescimento na demanda por informações sociais e demográficas para a formulação de políticas públicas municipais, muito em função do processo de descentralização administrativa e tributária iniciado após a Constituição de 1988 em favor dos municípios, em que vários municípios solicitaram uma série de indicadores sociodemográficos para, entre outros aspectos, elaborar planos de investimentos que atuassem em consonância com as realidades regionais e locais (JANNUZZI, 2002; REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005).

Nessa perspectiva o uso de indicadores passou a ser constantemente utilizado pelos gestores para mensurar o desempenho da gestão em relação às finanças públicas (municipais, estaduais e nacionais), ao passo que fornece à sociedade um instrumento para avaliar os efeitos das ações governamentais.

Um dos primeiros indicadores utilizados como *proxy* para avaliar o bem-estar da população foi o cálculo do Produto Interno Bruto *per capita* (REZENDE, 2001; REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005), que demonstrava a relação da riqueza produzida por habitante no Brasil. Contudo, esse parâmetro de avaliação considerava apenas os aspectos

econômicos, tornando-se impróprio quando se pretendia avaliar o desenvolvimento social e humano. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou a ser utilizado no contexto de formulação e avaliação de políticas públicas, por combinar outras variáveis que captavam outros aspectos da vida, como educação, longevidade e renda (SILVA et al., 2013). O PNUD desenvolveu ainda o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que tem as mesmas características do IDH, porém voltado para a esfera municipal.

Outro indicador muito utilizado para mensurar as condições de vida da população em pesquisas acadêmicas é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que contempla as áreas de emprego e renda e educação e saúde. O IFDM-emprego/renda acompanha a movimentação e peculiaridades do mercado de trabalho formal; o IFDM-educação visa captar a oferta e a qualidade da educação, e o IFDM-saúde objetiva avaliar a qualidade do Sistema de Saúde Municipal referente à atenção básica. Todas essas dimensões quando analisadas em conjunto refletem a qualidade do serviço público na realidade de vida dos cidadãos.

O IFDM é elaborado exclusivamente com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Sua compreensão é simples: O índice varia de 0 (mínimo) a 1 (máximo) para classificar o nível de desenvolvimento de cada localidade em quatro tipos: baixo (de 0 a 0,4); regular (0,4001 a 0,6); moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1) (DUARTE, 2012).

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização da pesquisa

A metodologia adotada no desenvolvimento deste trabalho teve abordagem quantitativa, pois utilizou análises estatísticas no tratamento dos

dados. A pesquisa é descritiva por expor as características de determinado fenômeno sem, no entanto, ter o compromisso de explicá-lo, embora sirvam de base para a explicação (VERGARA, 2007).

Considerando a complexidade de caracterizar os municípios analisados em relação aos indicadores socioeconômicos, foi utilizada a análise multivariada de dados para possibilitar o estudo do fenômeno a ser estudado, que engloba um conjunto de métodos estatísticos que possibilitam a análise simultânea de mais de duas variáveis (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007).

Entre as técnicas da análise multivariada possíveis de emprego dentro da literatura da área, foi escolhida a *Cluster Analysis* no seguimento hierárquico, tendo em vista que esta análise atende aos objetivos propostos pelo estudo, uma vez que busca identificar elementos semelhantes entre os objetos para alocá-los em um mesmo agrupamento (HAIR JUNIOR et al., 2009).

3.2. Fonte de dados e seleção das variáveis

Os indicadores socioeconômicos do IFDM foram utilizados como variáveis e foram fornecidos pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), considerando as dimensões relacionadas ao emprego e renda, educação e saúde contempladas pelo índice, que varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento da localidade.

Outros dados utilizados neste trabalho foram obtidos por meio do banco de dados sobre Finanças Públicas no Brasil (FINBRA), que anualmente disponibiliza informações referentes às finanças dos municípios, estados e União.

Para mensurar o esforço fiscal considerou-se a participação dos municípios na formação da receita disponível, considerando os tributos de competência municipal – IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas e Contribuições de melhoria – que compõem a base de tributação dos municípios. Utilizou-se também

a receita total disponível, a fim de determinar qual o percentual da receita total é resultante do esforço arrecadatório dos municípios.

As variáveis utilizadas na mensuração do esforço de arrecadação estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição das variáveis utilizadas na formação do esforço fiscal

Origem da arrecadação	Variáveis
Arrecadação própria	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)
	Imposto sobre a Transmissão de bens imóveis (ITBI)
	Taxas
	Contribuições de melhoria

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

O período de análise compreende o período de 2011, escolhido em virtude de ser a base de dados mais recente relacionada aos indicadores socioeconômicos disponibilizados pelo Sistema Firjan.

O universo de análise deste estudo compreende os municípios do estado de Minas Gerais, por ser o estado com maior número de municípios e que apresenta expressivas disparidades regionais decorrentes da coexistência de regiões modernas e atrasadas, além de ser, conforme mencionamos, o segundo maior em número de habitantes dentre as unidades da Federação Brasileira, ficando atrás apenas do estado de São Paulo (IBGE, 2014).

A amostra analisada contou com 646 municípios, considerando a disponibilidade de informações necessárias para a realização do estudo, representando 75,73% do total de municípios mineiros, quantidade que permite inferir sobre a arrecadação desses municípios.

3.3. Análise de *clusters* dos municípios

A análise de *cluster* é uma técnica estatística utilizada para classificar uma amostra de indivíduos ou

objetos em um pequeno número de grupos mutuamente excludentes, tomando como base as semelhanças e diferenças existentes entre suas características (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007).

Essa técnica busca dividir os elementos presentes em uma amostra em conjuntos menores, de modo que os elementos pertencentes ao mesmo grupo compartilhem entre si características similares com base nas variáveis utilizadas para caracterizá-los e os elementos que pertençam a grupos diferentes sejam heterogêneos em relação às mesmas variáveis (MINGOTI, 2005). Ou seja, as observações pertencentes a um *cluster* específico são similares a todas as outras pertencentes a esse mesmo *cluster* e diferentes das observações pertencentes a outros *clusters*.

Na análise de *clusters* o agrupamento de observações ou variáveis é feito por meio de medidas de semelhança (proximidade) ou de medidas de dissimilaridade (distância) entre inicialmente dois elementos e posteriormente dois *clusters* de observações, usando técnicas hierárquicas ou não hierárquicas de agrupamentos (MARÔCO, 2007).

Este estudo utilizou-se do método não hierárquico (*K-means*), mais indicado quando se trabalha com um grande número de objetos, em que cada elemento pertence a apenas um *cluster*, resultando, portanto, em *clusters* independentes (BUSSAB; MIAZAKI; ANDRADE, 1990).

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1. Caracterização e análise dos *clusters*

A formação dos *clusters* foi realizada com base no desempenho socioeconômico apresentado pelos municípios no ano analisado, considerando para isso as três dimensões de análise do IFDM – emprego e renda e educação e saúde. Por meio da utilização da técnica estatística de análise de *clusters* optou-se pela agregação dos 646 municípios

constantes da amostra em três grupos distintos, sendo 264 (40,9 %) no Grupo 1; 205 (31,7%) no Grupo 2 e 177 (27,4%) no Grupo 3.

No sentido de garantir que os três grupos sejam realmente diferentes nos quesitos sob os quais foram agrupados, foi realizada uma sequência de testes ANOVA, que corroborou a diferença em nível de significância de 5%.

Também para garantir a diferença intergrupar foi realizada uma seção de comparação múltipla pelo teste de Tukey HSD. Foi comprovado nível de significância de 5% ($p\text{-value} = 0,000$) que todos os quesitos são diferentes em todos os grupos formados, ou seja, tendo em vista especificamente o conjunto de variáveis selecionadas, pode-se afirmar com probabilidade de 95% que os grupos formados são diferentes entre si.

A distribuição dos municípios nas mesorregiões do estado pode ser visualizada na Tabela 1.

Em relação à formação dessa distribuição, Tristão (2003) assevera que a determinação do número de grupos é, em certa medida, arbitrária, visto que não existem regras bem estabelecidas para a definição de seus limites.

Os agrupamento formados de acordo com o desempenho relacionado às variáveis analisadas foram classificados de acordo com a gradação

deste desempenho em baixo, médio e alto, sendo este último representado pelos municípios com melhor *performance* em seus indicadores emprego e renda, educação e saúde (Figura 1).

O *Cluster 2* apresentou os melhores resultados em relação às variáveis educação e saúde e emprego e renda, sendo classificado dessa forma como alto, ao passo que os demais apresentaram desempenho mais baixo e regular quando comparados ao primeiro, sendo denominados baixo (*Cluster 3*) e médio (*Cluster 1*), respectivamente.

Na Figura 2, observa-se a concentração dos municípios por mesorregião, com destaque para os municípios pertencentes à mesorregião do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri, por apresentarem indicadores de desempenho baixo em relação às dimensões analisadas.

Essa situação pode ser explicada pelo processo de desenvolvimento econômico e social, que não se configura de maneira homogênea ao longo do estado de Minas Gerais. Esse processo se dá de forma irregular, o que, na visão de Lima e Simões (2009), beneficiou áreas mais dinâmicas e com maior potencial de desenvolvimento, como demonstrado pelos municípios pertencentes à mesorregião metropolitana de Belo Horizonte.

Tabela 1 – Distribuição dos grupos de municípios segundo as mesorregiões em Minas Gerais

Mesorregião	Cluster 1	%	Cluster 2	%	Cluster 3	%	Total
Campo das vertentes	16	2,5	7	1,1	7	1,1	30
Central mineira	12	1,9	11	1,7	5	0,8	28
Jequitinhonha	5	0,8	-	0,0	26	4,0	31
Metropolitana de Belo Horizonte	32	5,0	38	5,9	11	1,7	81
Noroeste de Minas	6	0,9	6	0,9	4	0,6	16
Norte de Minas	20	3,1	6	0,9	37	5,7	63
Oeste de Minas	10	1,5	24	3,7	1	0,2	35
Sul/Sudoeste de Minas	66	10,2	46	7,1	5	0,8	117
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	15	2,3	34	5,3	3	0,5	52
Vale do Mucuri	1	0,2	2	0,3	14	2,2	17
Vale do Rio Doce	29	4,5	9	1,4	41	6,3	79
Zona da Mata	52	8,0	22	3,4	23	3,6	97
Total geral	264	40,9	205	31,7	177	27,4	646

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

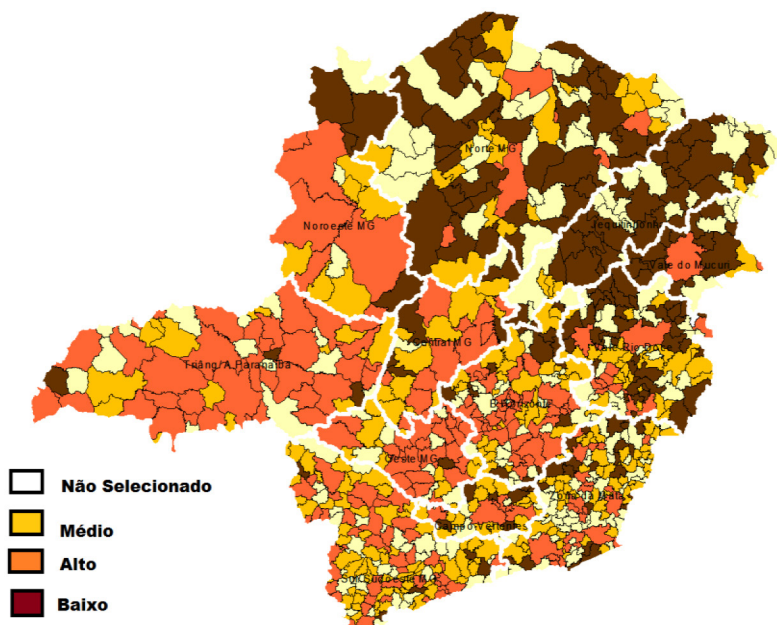


Figura 1 – Agrupamento dos municípios mineiros considerando as dimensões emprego e renda, educação e saúde

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados da pesquisa (2015).

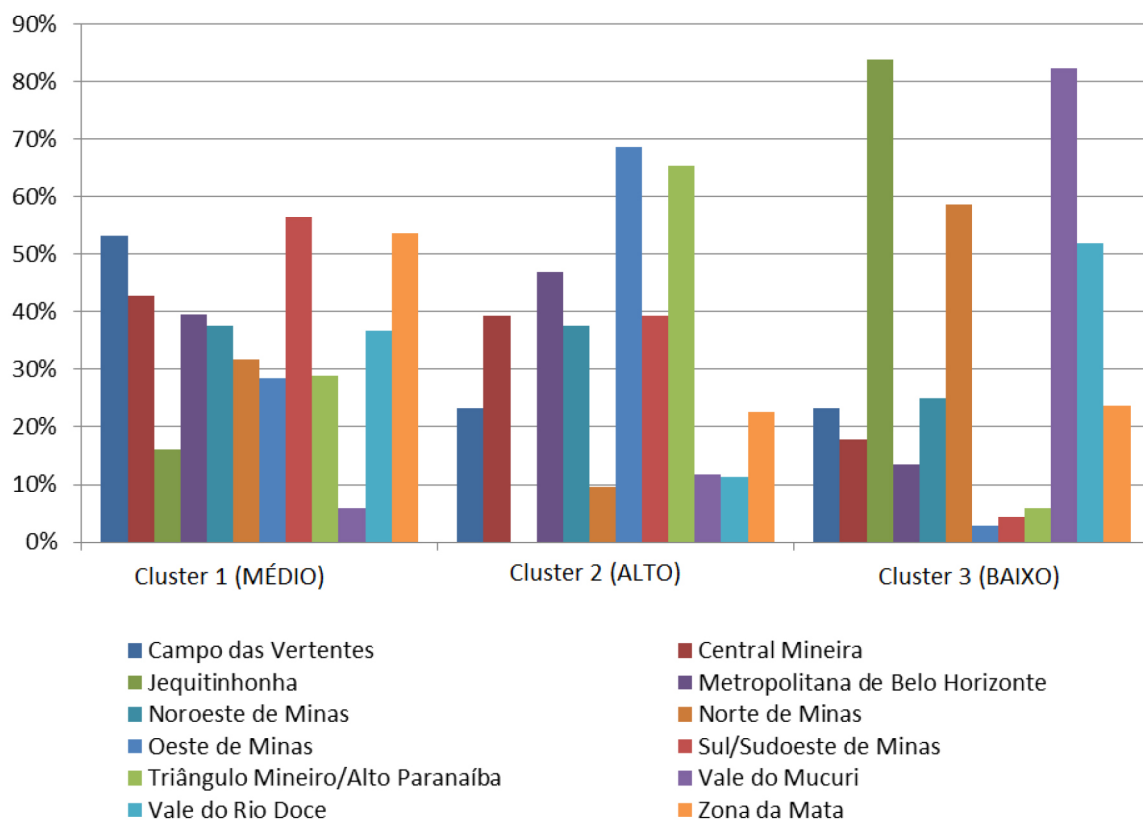


Figura 2 – Divisão dos *clusters* por mesorregião

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

De acordo com Galvarro, Braga e Fontes (2008), um dos fatores que contribuíram para agravar as disparidades entre os municípios mineiros foi a inserção tardia no processo de industrialização, uma vez que se verificou que os municípios mais industrializados apresentaram também maior desenvolvimento socioeconômico.

Os agrupamentos formados podem ser divididos quanto ao número de observações: Grupo pequeno (3); médio (2); e grande (1). Contudo, pode-se classificar os municípios com base em seu desenvolvimento por meio das médias apresentadas para cada variável socioeconômica.

Cluster 1

O *Cluster 1* (médio) é o maior grupo, formado por 264 municípios, 40,87% do total analisado. Os municípios pertencentes a esse grupo estão concentrados principalmente nas regiões sul/sudoeste de Minas Gerais e na Zona da Mata. A maior parte dos municípios da região sul/sudoeste do estado apresentou médio desempenho socioeconômico, como demonstrado pelos indicadores, portanto, foram classificados nesse agrupamento 66 municípios, aproximadamente 56,4% do total de municípios da região.

As estatísticas descritivas indicaram que pertencem a esse grupo os municípios que apresentaram desempenho regular, com aproximadamente 0,6506 pontos, considerando todas as dimensões do IFDM. As variáveis saúde e educação tiveram destaque nos municípios, apresentando respectivamente uma média de 0,769640 e 0,767844, conforme apresentado na Tabela 2.

O coeficiente de curtose positivo para as variáveis emprego e renda e educação indicam que a curva no histograma de distribuição de frequência apresenta curva mais alongada, e possui altura superior à curva normal, apresentando a forma de um pico.

Porém, as variáveis IFDM-educação e IFDM-emprego e renda apresentaram valores negativos para a assimetria. Essa situação caracteriza uma distribuição assimétrica à esquerda, ou seja, significa que a média é inferior à mediana, que por sua vez é inferior à moda, devido à existência de municípios que apresentaram desempenho inferior à média, considerando as dimensões contempladas pelos índices. Isso indica que existe uma concentração de municípios com valores superiores à média nos quesitos analisados (emprego e renda e educação). Além disso, a amplitude apresentada entre os valores de mínimo e máximo para as variáveis analisadas são extremamente significativas, o que confirma as pressuposições de grandes disparidades entre os municípios mineiros, conforme atestam Costa et al. (2012).

Cluster 2

O *Cluster 2* (alto) é considerado o melhor grupo em relação aos demais, formado pelos municípios que apresentaram alto desempenho socioeconômico em todas as dimensões analisadas. O *Cluster 2* é composto por 205 municípios, representando um percentual de 31,73% da amostra analisada. Esses municípios estão agrupados nas mesorregiões sul/sudoeste, metropolitana de Belo Horizonte e triângulo mineiro.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas do grupo 1

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	Assimetria	Curtose
Emprego e renda	0,08	,55410	0,4146125	0,0847820	-1,091	1,861
Educação	0,6065	0,9280	0,769640	0,0523978	-0,263	0,470
Saúde	0,6328	0,9354	0,767844	0,0712921	0,222	-0,725

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados da pesquisa (2015).

Ressalta-se que, assim como nos demais agrupamentos, neste grupo os municípios apresentaram melhor *performance* na área da educação, com aproximadamente 0,8017 pontos, sendo que o município com melhor resultado alcançou 0,9412 pontos, considerando uma escala de 0 a 1 (Tabela 3).

O coeficiente positivo de curtose indica que há uma concentração de municípios com IFDM-educação e IFDM-saúde superior à média, comprovado também pelos coeficientes negativos da assimetria, indicando uma distribuição assimétrica à esquerda para essas dimensões, mostrando que nesse agrupamento os municípios apresentaram melhor desempenho nas áreas educação e saúde, como demonstrado pelos valores médios para essas variáveis.

Cluster 3

O *Cluster 3* (baixo) tem o menor número de municípios, 177, totalizando 27,40% do total. Compõem esse grupo municípios pertencentes principalmente às regiões do Vale do Rio Doce, Norte de Minas e Jequitinhonha.

Dos três grupos, o *Cluster 3* é o que tem a menor média das variáveis socioeconômicas (Tabela 4), com destaque para a variável educação, que apresentou a maior média, 0,7341 pontos numa escala de 0 a 1.

Analisando os valores de mínimo e máximo, percebe-se que o maior indicador nesse agrupamento foi a variável educação, em que um município alcançou 0,8934 pontos, ao passo que o menor IFDM foi na dimensão emprego e renda, índice atribuído a um município que atingiu 0,1525 pontos.

Os dados apresentados corroboram o que Costa et al. (2012), Galvarro, Braga e Fontes (2008) apontaram em seus estudos de que existem disparidades socioeconômicas entre os municípios mineiros, que podem ser demonstradas pela existência de três níveis distintos de desenvolvimento socioeconômico no estado: Alto, médio e baixo.

4.2. Esforço de arrecadação dos municípios mineiros

O índice de esforço de arrecadação, ou esforço fiscal, foi mensurado a partir da representação da arrecadação própria na receita disponível dos governos municipais, ou seja, a arrecadação municipal própria na composição da receita tributária.

A construção do índice permitiu analisar se os municípios estão explorando sua base tributária, bem como inferir sobre a dependência destes em relação às transferências intergovernamentais.

Os municípios que apresentaram maior esforço de arrecadação foram: Belo Horizonte, Juiz de

Tabela 3 – Estatísticas descritivas do Grupo 2

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	Assimetria	Curtose
Emprego e renda	0,52210	0,88380	0,655752	0,0890218	0,477	-0,832
Educação	0,5988	0,9412	0,801794	0,0517776	-0,578	0,828
Saúde	0,4415	0,9555	0,771418	0,0913656	-0,423	0,093

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

Tabela 4 – Estatísticas descritivas do grupo 3

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria	Curtose
Emprego e renda	0,15250	0,64640	0,386322	0,10215028	-0,046	-0,304
Educação	0,5206	0,8934	0,734195	0,0614978	-0,119	0,231
Saúde	0,2074	0,6704	0,528482	0,0950109	-1,085	1,211

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

Fora, Nova Lima, Lagoa Santa, Conceição do Mato Dentro, Poços de Caldas, Alvorada de Minas, Uberlândia e São Lourenço. Destacam-se os municípios de Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro, apesar de terem uma população relativamente pequena quando comparada aos demais, de aproximadamente 3.500 e 18.000 habitantes respectivamente, a arrecadação nessas localidades mostra-se eficiente, o que os coloca entre os dez municípios com maior esforço de arrecadação.

Em relação à localização geográfica dos municípios que apresentaram baixo esforço fiscal, percebe-se que esses municípios estão espalhados por todo o estado. Entretanto, destaca-se que os municípios que apresentaram piores resultados (Bocaiúva, Consolação, José Raydam, Conceição de Ipanema, e Lamim) estão concentrados, respectivamente, nas mesorregiões norte, sul/sudoeste de Minas, Vale do Rio Doce, e Zona da Mata. A população média desses municípios é de 3 mil habitantes. Isso mostra a dependência dos governos locais em relação aos recursos transferidos, uma vez que o esforço arrecadatário desses municípios se mostra insuficiente para custear os serviços públicos.

Contudo, a relação entre os recursos transferidos e o esforço arrecadatário dos municípios baseia-se na forma como os governos locais financiam os bens públicos, optando muitas vezes por recursos oriundos das transferências intergovernamentais, com isso, deixa de explorar os recursos tributários municipais (COSSÍO, 1995; TRISTÃO, 2003).

Depois de calculado o esforço de arrecadação os municípios foram classificados em estratos, de acordo com sua arrecadação. Os estratos são: Baixo, médio e alto, estratos classificados a partir da média e do desvio-padrão da variável esforço. Dessa forma, foram agrupados no estrato baixo os municípios que tiveram seu esforço fiscal abaixo da média menos meio desvio-padrão ($\mu - \sigma/2$); agrupados no estrato alto os que tiveram o esforço acima da média mais meio desvio-padrão ($\mu + \sigma/2$)

e agrupados no estrato médio o esforço fiscal dos municípios que tiveram valores intermediários em relação aos citados.

4.3. Desenvolvimento socioeconômico nos estratos

Os municípios foram divididos em estratos, tomando como referência o esforço fiscal obtido no ano analisado. A Tabela 5 apresenta a distribuição das frequências geradas pela divisão dos municípios em estratos:

Tabela 5 – Distribuição das frequências

Estratos	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
Baixo	262	40,6	40,6
Médio	252	39,0	79,6
Alto	132	20,4	100
Total	646	100	-

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

Constata-se que a maior parte dos municípios está localizada no estrato baixo, com 262 municípios, 40,6% do total analisado. Os demais municípios estão localizados nos estratos médio e alto, representando 39,0 e 20,4% dos municípios, respectivamente.

Pertencem ao estrato baixo os municípios da Zona da Mata Mineira, da mesorregião do norte de Minas, do sul/sudoeste de Minas e do Vale do Rio Doce. Os municípios pertencentes a esse estrato possuem população média de 6.475 habitantes. Destacam-se os municípios de Piedade e Lamim, que embora tenham um número aproximado de habitantes, tem uma arrecadação própria de habitantes discrepante, de aproximadamente R\$ 66,84 e R\$ 6,51 *per capita*, respectivamente.

O estrato médio reúne 252 dos 646 municípios analisados que apresentaram esforço fiscal médio de 0,070, ou seja, dos recursos disponíveis aos governos municipais, aproximadamente 7% é proveniente da exploração de suas bases tributárias.

Analisando do ponto de vista geográfico, percebe-se que esse estrato reúne municípios diversificados, ou seja, municípios que estão situados em todas as mesorregiões do estado, como Luz (Central Mineira), Machado (sul/sudoeste de Minas), Olhos D'Água (norte de Minas), São Gotardo (triângulo mineiro), Santo Antônio do Rio Abaixo (região metropolitana), entre outros.

Os municípios que compõem o estrato alto são caracterizados por possuírem uma população média de 93.114 habitantes. São exemplos desse estrato os municípios de Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora, Contagem e Betim. O esforço fiscal médio dos municípios pertencentes a esse grupo foi de 0,1983, o que mostra o grau de participação dos municípios na receita disponível. Convém destacar o município de Simão Pereira que, com uma população de 2.542 habitantes, apresentou uma arrecadação *per capita* de R\$ 613, 16.

Confirmada a hipótese de que o esforço é diferente entre os grupos de municípios, buscou-se verificar se cada variável socioeconômica, educação e saúde e emprego e renda, são iguais em cada um dos estratos formados. Para isso, realizou-se um teste ANOVA, no qual foram assumidas a hipótese nula $H_0: \mu_1 = \mu_2$, ou seja, cada variável é igual em cada estrato, e a hipótese alternativa $H_1: \mu_1 \neq \mu_2$, em que cada variável é diferente em cada agrupamento.

Os resultados levaram a constatar que há significância estatística nas médias. O *p-value* das variáveis emprego e renda e educação e saúde foi de 0,000, com probabilidade de erro de 5%. Logo, pode-se verificar que estatisticamente

é possível rejeitar a hipótese nula em favor da hipótese alternativa, ou seja, as médias das variáveis socioeconômicas são diferentes em cada estrato formado, sendo que suas médias são maiores nos estratos alto, médio e baixo, respectivamente. Dessa forma, os resultados confirmam o pressuposto de que os estratos em que o esforço fiscal é maior, o desenvolvimento das localidades pertencentes a estes também é maior, considerando os indicadores sociais e econômicos.

4.4. Esforço fiscal nos Clusters

Após agrupar os municípios em *clusters*, tomando como referência os resultados apresentados pelos indicadores socioeconômicos, foi realizado teste ANOVA para verificar se o esforço fiscal é diferente entre os municípios analisados. O esforço fiscal dos municípios compreende a participação da arrecadação própria dos municípios na receita disponível, ou seja, o esforço em explorar sua base tributária. Para isso, formaram-se as seguintes hipóteses:

- 1) O esforço é igual em cada grupo de municípios.
- 2) O esforço é diferente.

Os resultados apresentados na Tabela 6 permitem constatar que é estatisticamente possível rejeitar a hipótese nula em favor da hipótese alternativa. Isso implica dizer que existe ao menos uma média diferente de municípios, ou seja, o esforço não é igual nos grupos.

Tabela 6 – Resultados ANOVA em relação ao esforço fiscal

	Soma dos quadrados	df	Média dos quadrados	F	Sig.
Entre os grupos	1,006	2	0,503	125,728	0,000
Dentro dos grupos	2,572	643	0,004		
Total	3,578	645			

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

Tabela 7 – Comparações múltiplas em relação ao esforço fiscal

(I) Grupo number of case	(J) Grupo number of case	Diferença de médias (I-J)	Sig.	95% intervalo de confiança	
				Limite inferior	Limite superior
1	2	-0,083766177*	0,000	-0,097596	-0,069935
	3	0,002451692	0,916	-0,011981	0,016885
2	1	0,083766177*	0,000	0,069935	0,097596
	3	0,086217869*	0,000	0,070973	0,101462
3	1	-0,002451692	0,916	-0,016885	0,011981
	2	-0,086217869*	0,000	-0,101462	-0,070973

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

A Tabela 7 de comparações múltiplas permite comparar os grupos dois a dois, possibilitando identificar a diferença entre as médias.

Nota-se que o quadro de múltipla comparação confirmou que apenas nos grupos 1 e 3 a média do esforço apresentou comportamento semelhante ($p\text{-value} = 0,916$). As médias referentes ao grupo 2 são significativamente diferentes ($p\text{-value} = 0,000$) com probabilidade de erro de 5%.

Dessa forma, pode-se inferir que os municípios pertencentes aos grupos 1 e 3 têm esforço fiscal médio semelhantes e inferiores aos dos municípios reunidos no grupo 2. Ressalta-se que o grupo 2 agrupa os municípios com maiores indicadores, ou seja, maior desenvolvimento socioeconômico. Logo, os resultados revelam que os municípios com maior arrecadação de tributos estão reunidos no grupo 2, que também apresentou maior desenvolvimento socioeconômico em comparação aos demais.

4.5. Relação esforço de arrecadação e desenvolvimento socioeconômico

Após verificar que as médias referentes às variáveis emprego e renda e educação e saúde são diferentes dentro dos municípios, optou-se por analisar a possibilidade da existência de uma relação entre o desenvolvimento socioeconômico e o esforço de arrecadação. Ou seja, buscou-se

certificar se existe dependência entre esforço fiscal (arrecadação própria) e o desenvolvimento.

Ao comparar a distribuição dos municípios em relação à arrecadação e ao índice de desenvolvimento, percebe-se que a formação dos grupos é diferente, como apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 – Relação esforço e desenvolvimento

		Clusters			Total
		Médio	Alto	Baixo	
Estratos arrecadação	Baixo	133	26	103	262
	Médio	111	80	61	252
	Alto	20	99	13	132
	Total	264	205	177	646

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

Ao considerar o esforço e o desenvolvimento dos municípios como medidas determinantes para a formação dos grupos, percebe-se que o número de observações classificadas em cada categoria diminui. Como exemplo, temos o grupo alto e o estrato alto, que reúnem os municípios com a melhor *performance*, tanto em termos de arrecadação de tributos quanto no que tange ao desenvolvimento. Nesse grupo são classificados 99 municípios considerados com alto esforço fiscal e alto desenvolvimento, desse modo, nota-se que existe uma relação entre o esforço fiscal e o desenvolvimento das localidades, no qual um é influenciado pelo outro.

Para confirmar essa relação de dependência realizou-se teste do Qui-Quadrado, que fixou as seguintes hipóteses:

- **H₀**: Não existe relação entre esforço fiscal e desenvolvimento (independentes).
- **H₁**: Existe relação entre esforço fiscal e desenvolvimento.

Observou-se que o valor de *p* para o teste do Qui-Quadrado (0,000) foi menor que o valor assumido para a probabilidade de erro (5%). Logo, o resultado leva à rejeição da hipótese nula, ou seja, existe uma relação de dependência entre o esforço e o desenvolvimento (Tabela 9).

Tabela 9 – Resultados do teste Qui-Quadrado

	Valor	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	174,752 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	177,203	4	,000
Linear-by-Linear Association	,123	1	,726
N of Valid Cases	646		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 36,17.

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

A relação entre o esforço e o desenvolvimento, confirmada pelo teste do Qui-Quadrado, evidencia que a arrecadação tributária dos municípios reflete nitidamente no desenvolvimento socioeconômico destes. Os municípios que apresentaram maior arrecadação de tributos mostraram-se mais desenvolvidos nas áreas de educação e saúde e emprego e renda, como é o caso do município de Nova Lima, que apresentou maior IFDM consolidado (0,8659) e ocupou o terceiro lugar entre os demais municípios em relação ao esforço fiscal (0,4847), ou seja, os serviços públicos desse município são financiados com 48,47% de recursos provenientes da exploração da base tributária.

Percebe-se que a grande parte dos municípios que apresentou maior arrecadação de tributos é caracterizada pela expressiva atividade econômica desenvolvida pelos municípios, o que aumenta os

tributos recolhidos aos cofres públicos. O montante de recursos recolhidos é convertido em melhores serviços oferecidos à população, como saúde, educação, saneamento, habitação entre outros, serviços fundamentais para o desenvolvimento social de qualquer região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de Minas Gerais, apesar de destacar-se dos outros estados da Federação em relação ao PIB, apresenta grandes disparidades entre seus municípios e regiões. Desse modo, a prestação de serviços públicos não é exercida nas mesmas condições, devido à insuficiência financeira de certos municípios em custear esses serviços, visto que a renda municipal precisa ser complementada com recursos provenientes de transferências intergovernamentais.

Efetivamente, o repasse de recursos aos governos municipais afeta o comportamento fiscal das localidades receptoras, uma vez que inibe o esforço de arrecadação dessas unidades, o que pode influenciar o nível de desenvolvimento da região. Isso porque a base tributária municipal não é explorada por completo, e os recursos não arrecadados pelo governo deixam de ser aplicados em áreas de maior carência das regiões.

Conforme já mencionado, este estudo buscou analisar a relação entre o esforço fiscal dos municípios de Minas Gerais com o nível de desenvolvimento socioeconômico, avaliado pelo IFDM. Os resultados deste estudo apontaram a existência de uma relação entre o esforço e o desenvolvimento municipal. Municípios onde há maior arrecadação de recursos também apresentaram um nível maior de desenvolvimento socioeconômico. Destaca-se como exemplo a região metropolitana, mais especificamente os municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, que apresentaram maior esforço fiscal quando comparados aos demais municípios mineiros.

Assim, pode-se inferir por meio dos resultados alcançados que nas localidades onde o esforço de arrecadação é menor, ou seja, a arrecadação de recursos é pequena, há maior dependência dos recursos provenientes das transferências intergovernamentais para subsidiar os serviços públicos.

Essa situação confirma teorias defendidas em outros estudos, de que as transferências intergovernamentais provocam certa comodidade dos municípios, no que diz respeito à arrecadação de tributos, o que, por conseguinte, reflete no nível de desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, R. B. A. *O federalismo e as teorias hegemônicas da economia do setor público na segunda metade do século XX: um balanço crítico*. 2003. 281 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ANDRADE FILHO, L. M. *Notas sobre finanças e federalismo no Brasil*. Salvador: Faculdade Ruy Barbosa, 2002.

BARBOSA FILHO, M. C. *Uma avaliação do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) sobre o esforço fiscal dos municípios (2000 a 2010)*. 2013. 53 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

BOFF, S. O. *Reforma tributária e federalismo: entre o ideal e o possível*. Porto Alegre: Safe, 2005. 214 p.

BONAVIDES, P. *A constituição aberta*. São Paulo: Malheiros, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <<http://bit.ly/1bJYIGL>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

BRUNOZI JUNIOR, A. C. et al. Efeitos das transferências intergovernamentais e arrecadação tributária sobre os indicadores sociais da saúde e educação em Minas Gerais: uma análise pelo modelo de regressão logística.

RIC: Revista de Informação Contábil, Recife, v. 5, n. 2, p. 99-121, 2011.

BUSSAB, W. O.; MIAZAKI, E. S.; ANDRADE, D. F. Introdução à análise de agrupamentos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 9., 1990, São Paulo. *Atas...* São Paulo: IME/USP, 1990. p. 1-105.

CARVALHO, D. F.; OLIVEIRA, C. C. R.; CARVALHO, A. C. Desigualdades econômicas inter-regionais, capacidade tributária e esforço fiscal dos estados da Amazônia (1970-2000): uma abordagem econométrica de fronteira estocástica. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 10, n. 2, p. 5-48, dez. 2007.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. *Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: Atlas, 2007.

COSSÍO, F. A. B. *Disparidades econômicas inter-regionais, capacidade de obtenção de recursos tributários, esforço fiscal e gasto público no federalismo brasileiro*. Dissertação. 1995. 131 f. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1995.

COSTA, C. C. M. et al. Disparidades inter-regionais e características dos municípios do estado de Minas Gerais. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 10, n. 20, p. 52-88, 2012.

REFERÊNCIAS

- DUARTE, J. Brasil mais que dobrou cidades com desenvolvimento moderado na década. *São Lourenço News*, São Lourenço, 4 dez. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2uPvX1J>>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- GALVARRO, M. P. S. Q. S. et al. Disparidades regionais na capacidade de arrecadação dos municípios do estado de Minas Gerais. *Revista de Economia e Administração*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 17-48, 2009.
- GALVARRO, M. P. S. Q. S.; BRAGA, M. J.; FONTES, R. M. O. *Federalismo fiscal e disparidades no estado de Minas Gerais*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2008. p. 1-16. Disponível em: <<http://bit.ly/2uPPIpW>>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
- HAIR JUNIOR, J. F. et al. *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estados@: Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/1lIQNtc>>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *RAP: Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.
- LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. *Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil*. Texto para discussão, nº 358, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- MARÔCO, J. *Análise estatística com utilização do SPSS*. 3. ed. Lisboa: Sílabo, 2007.
- MENDES, M.; MIRANDA, R. B.; COSIO, F. B. Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma. *Textos para Discussão*, Brasília, DF, n. 40, p. 1-111, 2008.
- MINGOTI, S. A. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- MIRANDA, R. L. P. *Municipalização e política tributária: centralização e descentralização fiscal no Brasil*. 2009. 264 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.
- MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. *Finanças públicas: teoria e prática*. São Paulo: Campus, 1980.
- NAZARETH, P. A.; PORTO, L. F. L. Finanças dos municípios brasileiros: o caso do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA FISCAL, 14., Santiago, 2002. *Compendio de documentos*. Santiago: Cepal, 2002. p. 317-340.
- OATES, W. E. *Federalismo fiscal*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1977.
- ORAIR, R. O.; ALENCAR, A. A. *Esforço fiscal dos municípios: indicadores de condicionalidades para o sistema de transferências intergovernamentais*. In: PRÊMIO TESOIRO NACIONAL, 15., 2010, Brasília, DF. *Anais eletrônicos...* Brasília, DF: Tesouro Nacional, 2010.
- PRADO, S. Partilha de recursos e desigualdade nas federações: um enfoque metodológico. In: REZENDE, F.; OLIVEIRA, F. A. (Orgs.). *Descentralização e federalismo fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2003. p. 273-331.

REFERÊNCIAS

- REZENDE, F. *Finanças públicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2005.
- RIBEIRO, T. B.; JÚNIOR, R. T. As receitas tributárias das praças de pedágio e as finanças públicas municipais: uma análise do esforço fiscal no estado de São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 27, p. 117-139, 2004.
- RIBEIRO, H. M. D.; TAVEIRA, J. G.; FREITAS, M. V. Uma visão multidimensional do desenvolvimento em Minas Gerais. *Revista de Economia da UEG*, Anápolis, v. 9, n. 1, p. 56-77, 2013.
- SILVA, L. L. et al. A influência do desempenho tributário e gestão fiscal no Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM) dos municípios de Minas Gerais. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 13, n. 1, p. 199-219, 2013.
- SIMÃO, A. G. et al. Índices para o desenvolvimento sustentável. In: SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. (Orgs.). *Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 117-160.
- SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 105-121, 2005.
- SOUZA, P. F. B. et al. Desenvolvimento municipal e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, Anpad, 2012. p. 1-13. Disponível em: <<http://bit.ly/2tyq2in>>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- TÁMEZ, C. A. S.; MORAES JUNIOR, J. J. *Finanças públicas: teoria e mais de 350 questões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- TRISTÃO, J. A. M. *A administração tributária dos municípios brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação*. 2003. 181 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.
- VELOSO, J. F. A. *As transferências intergovernamentais e o esforço tributário municipal: uma análise do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)*. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2008.
- VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2007.